Notícias SEMANAIS

Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos 3

Proposta unifica legislação sobre comércio exterior 3

Comissão aprova inclusão de microempreendedor em programas de crédito 4

Meio Ambiente 4

Comissões do Senado debatem a Rio+20 com MMA e PNUMA 4

Congresso instala Comissão da MPV 571/2012 – Novo Código Florestal 5

Comissão rejeita mudanças do Senado a projeto sobre consumo sustentável 5

Pacote ambiental inclui prioridade do governo para produtos sustentáveis 6

Infraestrutura 7

Lei Geral da Copa é publicada no Diário Oficial com seis vetos 7

Aplicação do RDC para obras do PAC e ampliação do Reporto entram na Medida Provisória 559 8

Comissão rejeita projeto que vincula obtenção de crédito a uso de energia solar 9

Tributos 9

Hora de ampla desoneração tributária 9

Política Social 11

ANVISA muda norma para protetores solares de pele e lábios 11

Relações do Trabalho 11

Aprovado incentivo à vacinação de trabalhador exposto a risco de doença infectocontagiosa 11

Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos **12**

Relatório da LDO 2013 é aprovado com 32 emendas parlamentares 12

Indústria da região Sul busca soluções para o setor têxtil e de vestuário 13

Marla Tureck propõe instalação de guarda-volumes em bancos 14

Fiep recebe comitiva dos países da Liga Árabe 14

Meio Ambiente **15**

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente aprova quatro projetos de lei 15

Deputados aprovam projetos para preservação do meio ambiente 16

Deputados Cheida e Rasca participam da Conferência Rio+20 17

Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Comércio Exterior

Proposta unifica legislação sobre comércio exterior

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar (PLP) 115/11, do deputado Beto Mansur (PP-SP), que institui a Lei Geral do Comércio Exterior, unificando a legislação sobre exportação.
A proposta determina que o governo federal revise e atualize os decretos que definem, orientam e regulam as atividades de comércio exterior, com o objetivo de desburocratizar e tornar mais eficientes as relações comerciais entre o Brasil e outros países.
O texto também prevê a criação do Programa Brasileiro de Promoção Comercial, uma parceria entre o governo e as entidades privadas representativas da indústria, do comércio, da agricultura, dos transportes e do sistema financeiro. Esse programa servirá para reorganizar a política de promoção comercial e propor a transferência de medidas de promoção para a iniciativa privada.

Objetivos: Pela proposta, a política de exportação brasileira terá como objetivos o estímulo ao crescimento da produção nacional, a criação de empregos, a melhoria da qualidade dos produtos pela maior absorção de tecnologias e a expansão das exportações pela diversificação das vendas externas.
Já as importações deverão levar em conta os compromissos firmados pelo País no âmbito internacional e o disposto no Código Aduaneiro do MERCOSUL, com o objetivo de proteger a economia de práticas desleais, estimular o aumento da produção e a absorção de avanços tecnológicos, aumentar a oferta interna de mercadorias e de serviços, e apoiar a modernização dos bens e dos serviços nacionais exportados.

Normas: Nos 98 artigos, a proposta trata da cobrança de impostos nas operações de exportação e importação, de regras alfandegárias, de medidas de combate à concorrência desleal, do credenciamento das empresas importadoras e exportadoras, entre outros pontos.
O texto também delega ao governo federal a regulamentação de diversos pontos do projeto, como a criação do cadastro de empresas, a moeda em que serão realizadas as operações de compra e venda entre países e as normas para contratos de arrendamento mercantil.
Segundo o autor, a lei geral do comércio exterior vai consolidar apenas o essencial da legislação sobre o tema. Já a legislação específica de áreas "de maior sensibilidade" será consolidada posteriormente, na forma de decreto do governo federal.
Beto Mansur reapresentou o texto de projeto do ex-deputado Julio Redecker (falecido em 2007). A proposta (PLP 98/00, arquivado ao final da legislatura passada) chegou a ser objeto de uma comissão especial, que foi encerrada sem a votação do relatório. "O tema continua atual, carente de uma regulamentação", justifica Mansur.

Tramitação: A proposta será analisada pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Posteriormente, será votada pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Microempresa

Comissão aprova inclusão de microempreendedor em programas de crédito

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei 2709/11, do Senado, que inclui o microempreendedor individual (MEI) entre os beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
O relator na comissão, deputado João Maia (PR-RN), defendeu a aprovação da proposta. Ele lembra pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003 que registrava 10,3 milhões de empresas do setor informal, responsáveis pela geração de 13,9 milhões de postos de trabalho.
"No mesmo documento, informa-se que 94% dessas empresas não utilizaram crédito, defrontando-se, portanto, com formidáveis dificuldades para seu crescimento", acrescentou. "As dimensões desse contingente recomendam que se concedam aos microempreendedores um conjunto de incentivos creditícios, além dos tributários, previdenciários e burocráticos, de modo a tornar mais atraente a decisão pela legalização de seus negócios."
Microempreendedor individual é o empresário, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta de até R$ 60 mil no ano anterior. Podem ser enquadrados nessa categoria profissionais como açougueiros, alfaiates, costureiras e jardineiros, entre outros.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

Comissões do Senado debatem a Rio+20 com MMA e PNUMA

As Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal realizaram, reunião conjunta, como parte do ciclo de debates dos temas em foco na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, a ser realizada de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro. Na primeira parte, houve o Lançamento da 11ª edição da Revista "Em Discussão!", cujo tema é a Conferência Rio +20. Já na segunda parte, uma audiência pública para debater os desafios do desenvolvimento sustentável com inclusão social e governança global, com foco na realização do evento Rio +20. A audiência pública teve como convidados Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente (MMA), e Achim Steiner, Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
Izabella Teixeira, do MMA, citou a importância do debate sobre a geopolítica do desenvolvimento, pontuando que nenhum país renuncia ao desenvolvimento e foi isso que motivou os debates e acordos acerca de um modelo sustentável, com o estabelecimento da agenda 21, com essas diretrizes, na Rio-92. Explicou que existem fóruns específicos para questões pontuais referentes ao meio ambiente, e, portanto, nessa conferência serão discutidos temas muito mais abrangentes, necessários para a formulação de uma nova agenda, como erradicação da pobreza desenvolvimento de tecnologia, competitividade, meios de implantação e s custos sociais.

Ressaltou o quão importante é que os países presentes firmem um compromisso concreto de ação, e que um grande desafio é incluir todas as nações. Observou, em particular, uma maior participação do setor privado no debate. Concluiu lembrando que o Brasil pode fazer ainda mais do que já foi feito, de maneira sustentável, mas que precisa ponderar os custos e considerar as expectativas de toda a sociedade.
Ressaltou, ainda, a importância de determinar políticas que busquem propostas efetivas nos três pilares – econômico, social e ambiental – em conjunto, para que as medidas tomadas tenham um bom resultado no curto e no longo prazos.
Achim Steiner, do PNUMA, lembrou as resoluções propostas na Rio-92 que tiveram grande influencia em todos os países. Ressaltou a importância de propostas, protocolos e resoluções que firmem um compromisso de sustentabilidade.
Contextualizou as discussões propostas para a Rio +20, ressaltando as dificuldades para acordar um novo capítulo com diretrizes de crescimento e desenvolvimento, em 92. Colocou a Rio+20 como uma oportunidade para focar nas mudanças, principalmente econômicas, a partir de diretrizes de desenvolvimento sustentável.
Citou o Brasil como exemplo de país que está investindo nesse modelo de economia, entretanto, muitos países subdesenvolvidos não estão. E esta conferência é a ocasião para se fazer alguma coisa diferente, de modo a conscientizar e responsabilizar a todos, pois o tema tem caráter global e traz consequências para todos os países. Em toda sua explanação explicou a enorme importância de discutir o âmbito sustentável das questões econômicas.

Fonte: CNI

Congresso instala Comissão da MPV 571/2012 – Novo Código Florestal

Foi instalada a Comissão Mista que será responsável pelo estudo da matéria e emissão do parecer da MPV 571/2012. Foram escolhidos como presidente o deputado Bohn Gass (PT/RS) e como vice-presidente, o senador Jorge Viana (PT/AC).
O relator indicado foi o senador Luís Henrique da Silveira (PMDB/SC) e o relator revisor será o deputado Edinho Araújo (PMDB/SP). A MPV 571/2012 traz alterações à lei do novo Código Florestal (12.651/2012), recentemente sancionada, mas com 12 vetos.
A primeira reunião da Comissão Mista foi marcada para a próxima terça-feira, dia 12 de junho, às 14h. Nessa reunião será debatido o plano de trabalho, e o relator apresentará o cronograma para ser apreciado pelo plenário da comissão. O relator iniciará a apreciação das 620 emendas apresentadas nesta semana, mas, provavelmente, as discussões acontecerão somente após a realização da Rio+20.

Fonte: CNI

Desenvolvimento Sustentável

Comissão rejeita mudanças do Senado a projeto sobre consumo sustentável

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável rejeitou as mudanças do Senado feitas ao Projeto de Lei 3582/08, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que cria uma política de consumo sustentável. O projeto já foi aprovado pela Câmara em 2009 e recebeu um substitutivo do Senado, que voltou à análise dos deputados.

O relator, deputado Irajá Abreu (PSD-TO), defendeu o projeto original e recomendou a rejeição do substitutivo dos senadores que, segundo ele, modificou radicalmente o escopo da proposição aprovada pela Câmara.
Projeto original: O projeto original cria a Política de Educação para o Consumo Sustentável, com o objetivo de estimular mudanças de atitude dos consumidores na escolha de produtos; a redução do consumo de energia e recursos naturais e do acúmulo de resíduos sólidos; a divulgação do ciclo de vida dos produtos e de produção e gestão empresarial sustentável; o fomento a técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis; a proteção do direito à informação pelo fomento à rotulagem ambiental; e ainda incentivar a certificação ambiental.
Para tanto, o texto prevê que o poder público deverá realizar campanhas em prol do consumo sustentável nos meios de comunicação e capacitar os profissionais da área de educação para inclusão do consumo sustentável nos programas de educação ambiental do ensino médio e fundamental.

Substitutivo: Já o texto do Senado propõe alteração em duas leis vigentes em vez da criação de uma nova política. Os senadores propuseram incluir entre os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) a capacitação da comunidade para a adoção de padrões sustentáveis de consumo e entre os objetivos dessa política, incluir a compatibilização dos padrões de consumo com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
Além disso, o substitutivo quer alterar a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) para incluir no conceito de educação ambiental a construção de valores e atitudes voltados para padrões de consumo sustentáveis. Também acrescenta, entre os objetivos da lei, a promoção de padrões sustentáveis de consumo e obriga o poder público a incorporar o consumo sustentável na formação de profissionais de todas as áreas.

Política clara: O relator recomendou a rejeição das mudanças do Senado por considerar que a criação de uma política específica para a adoção de práticas sustentáveis pelos cidadãos e pelas empresas, como quer o texto aprovado pela Câmara, poderá oferecer maior efetividade às ações públicas nesse sentido.
"Diferentemente do substitutivo do Senado Federal, o projeto proposto pela deputada Rebecca Garcia destaca objetivos importantes a serem atingidos, o que poderá orientar de forma mais objetiva uma política voltada para o consumo sustentável", argumentou.

Tramitação: As mudanças do Senado ainda serão analisadas, de maneira conclusiva, pelas comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Pacote ambiental inclui prioridade do governo para produtos sustentáveis

Como parte do pacote ambiental, a presidente Dilma Rousseff assinou o decreto que estabelece prioridade para os produtos e serviços sustentáveis nas compras públicas governamentais.
Isso significa que os diferentes setores do governo, ao comprar desde papel, material de limpeza, material de escritório a alimentos e uniformes, ou ao contratar serviços e obras, terão de privilegiar os mercados verdes, que apresentem soluções sustentáveis.
As compras governamentais representam, hoje, cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Dilma anunciou ainda um plano de ação do governo para reduzir a mortalidade materna e infantil entre os povos indígenas no Brasil. Profissionais contratados pelo Ministério da Saúde realizarão consultas, atendimento odontológico, avaliação nutricional, exames pré-natal, visitas domiciliares, entre outros procedimentos, em 16 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. As ações já tiverem início no Acre e serão expandidas para outros estados.

Unidades de conservação: O pacote inclui também os decretos de criação da Reserva Biológica Bom Jesus, no Paraná, e do Parque Nacional Furna Feia, no Rio Grande do Norte. Outros decretos ampliarão unidades de conservação já existentes: as áreas do Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia; da Floresta Nacional Araripe-Apodi, no Ceará; e da Floresta Nacional Goytacazes, no Espírito Santo.
Outra medida anunciada foi a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, localizada nos estados do Paraná e de São Paulo.
Durante a cerimônia, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a menor taxa de desmatamento da Amazônia Legal desde 1988, quando o índice começou a ser medido. A Amazônia Legal teve 6.418 km^2 de sua área desmatada entre agosto de 2010 e julho de 2011. A redução em relação a 2004 é de 76,4%. Segundo ela, 81,2% da floresta original encontram-se conservados. "Estamos atendendo nossas metas para a preservação do meio ambiente com antecipação", destacou a presidente Dilma.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Infraestrutura

Lei Geral da Copa é publicada no Diário Oficial com seis vetos

Foi publicada no *Diário Oficial da União* a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), que regulamenta os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A presidente da República Dilma Rousseff vetou seis itens e não quatro, como informado pela Casa Civil.
A proposta, que tramitou no Senado como PLC 10/2012, garante os mesmos direitos à Igreja Católica para a realização, no Brasil, da Jornada Mundial da Juventude, em 2013.
O ponto mais polêmico durante a tramitação no Congresso foi mantido: a liberação da venda de bebidas alcoólicas durante os jogos. Para viabilizar a comercialização dos produtos durante as partidas, o texto aprovado no Senado suspende o artigo 13-A do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003), que impede o consumo dessas bebidas nos estádios. Com isso, a FIFA terá de negociar a liberação com cada estado que sediar o evento. A decisão pode variar devido às diferenças nas legislações estaduais.

Meia-entrada: Dilma vetou o parágrafo que garantia a reserva de 10% dos ingressos (300 mil) dos jogos da seleção brasileira para venda a preços populares. Mas foi mantida no texto a meia-entrada, ou seja, a venda de ingressos com 50% de desconto para estudantes, pessoas com mais de 60 anos e beneficiários de programas de transferência de renda, como a Bolsa Família.
Também foi vetado artigo que previa a suspensão das leis estaduais e municipais que permitem descontos e gratuidades.

Vistos: Também foram suprimidos do texto final dois artigos (48 e 49) que estabeleciam regras de obtenção de visto, mas foi mantido caráter prioritário para os vistos de entrada concedidos a espectadores que possuam ingressos, equipe da Fifa e seus convidados, árbitros, membros das seleções participantes e delegação, equipe de parceiros comerciais da Fifa e prestadores de serviços.
Foram ainda vetados dois artigos (59 e 60), que definem regras para o trabalho voluntário nos jogos do Mundial. O governo excluiu a proibição do serviço voluntário em atividades que possam colocar em risco a segurança e o bem-estar do público.

Fonte: Agência Senado

Aplicação do RDC para obras do PAC e ampliação do Reporto entram na Medida Provisória 559

O relator da Medida Provisória 559/2012, deputado Pedro Uczai (PT/SC), leu seu parecer à MP mesmo com a obstrução da oposição, que chegou a apresentar requerimento de retirada de pauta da matéria com votação nominal (rejeitado por 263 votos a 7).
Originalmente a Medida Provisória 559/2012 autoriza a Eletrobrás a assumir o controle acionário da Celg.
Entretanto, Uczai inclui no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória dispositivos que estavam sendo discutidos na Medida Provisória 556/2011, que não foi votada pelo Congresso e perdeu a validade, notadamente a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras do PAC, a ampliação do Reporto, a elevação do limite do valor comercial de cada unidade habitacional construída no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e alteração do Reintegra.
A Medida Provisória 559/2012 é uma das últimas medidas provisórias com relatório de Plenário – apenas as Medidas Provisórias 560 e 561 estão sujeitas ao rito antigo de tramitação de MP, sem passagem pela Comissão Mista do Congresso. Abaixo os principais pontos introduzidos pelo relator.
Aplicação do RDC (Lei 12.462/2011) às ações do PAC e às obras e serviços de engenharia no âmbito do sistema público de ensino – o RDC permite, no processo licitatório, a adoção dos seguintes procedimentos: a) inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas; b) modos de disputa aberto, fechado e combinado, de acordo com a contratação realizada; c) postergação da publicação do orçamento; e d) realização de contratação integrada, remuneração variável e contratação simultânea.

Reporto: amplia até 31 de dezembro de 2015 o Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária). O Regime terminaria no fim de 2011, mas foi prorrogado até 2015 pela MPV 556/2011, que perdeu eficácia.

Valor das Casas do "Minha Casa Minha Vida": aumenta de R$ 75 mil para R$ 85 mil o limite do valor comercial de cada unidade habitacional construída no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida

Reintegra: estabelece forma de recolhimento de tributos federais, no caso de venda no mercado interno ou da não exportação das mercadorias destinadas à exportação que estiverem inseridas no âmbito do Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras). No caso de revenda no mercado interno, determina que o pagamento será efetuado até o décimo dia subsequente ao da revenda. Mantém o prazo de 10 dias para recolhimento dos tributos previsto para o caso de não exportação das mercadorias, bem como as regras relativas à incidência de juros e multa.

Permite a opção de aderir ao Reintegra aos empreendimentos industriais instalados nas áreas da SUDAM e SUDENE que fazem jus a crédito presumido do IPI (pela Lei n. 9.826/1999) e às empresas instaladas ou que venham a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que sejam montadoras e fabricantes de veículos automotores que já apurem crédito presumido de IPI (por meio da Lei n. 9.440/1997).
Ainda no âmbito do Reintegra, determina que do valor apurado pela exportadora de bens manufaturados para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção, 17, 84% corresponderão a crédito de PIS/PASEP e 82,16% corresponderão a crédito da COFINS.

Fonte: CNI

Energia

Comissão rejeita projeto que vincula obtenção de crédito a uso de energia solar

A Comissão de Minas e Energia rejeitou o Projeto de Lei 472/11, do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), que condiciona a concessão de crédito rural na modalidade de investimento à instalação de sistemas de aquecimento ou de geração de energia elétrica por energia solar.
Pela proposta, a condição valeria para os créditos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural nos casos em que as operações financiadas previssem o uso de água aquecida ou de energia elétrica. O governo ficaria autorizado a elevar a subvenção prevista em 50% quando o crédito rural se destinasse ao financiamento dos equipamentos de captação de energia solar.
O relator, deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR), disse que a obrigatoriedade de implantação de projetos de uso de energia solar imposta aos produtores rurais que buscam financiamento de seus projetos, em vez de beneficiá-los, acabaria por impor-lhes uma elevação significativa nos seus gastos. "A matéria como foi proposta, inviabilizaria os projetos ou aumentaria o custo de produção, o que prejudicaria ainda mais a competitividade dos produtores rurais, na busca pela colocação de seus produtos no mercado", afirmou o Sciarra.
O relator argumentou ainda que "uma coisa é ser favorável aos mecanismos de incentivo à geração distribuída e ao uso de fontes renováveis de energia, e outra bem diversa é tornar obrigatório o uso de sistemas de aquecimento de água ou de geração de energia elétrica a partir da energia solar." Ele lembrou que esse tipo de energia é uma das menos competitivas, até o momento, "dados os elevadíssimos custos de aproveitamento, em relação às demais fontes energéticas", observou.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Hora de ampla desoneração tributária

O governo tem incluído, nos diversos pacotes de estímulo ao consumo, o abatimento de impostos, de fato um dos mais pesados componentes do chamado custo Brasil. É o reconhecimento implícito

de que a carga tributária, em tendência de alta desde o início do Plano Real, em 1994, funciona hoje como importante obstáculo à retomada de fôlego da economia - praticamente estagnada no primeiro trimestre.

Em todo setor que se analise há sempre o mesmo problema de excesso de impostos. No momento, por exemplo, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, trabalha em medidas para reduzir custos na telefonia e nas telecomunicações. Em entrevista ao GLOBO, o ministro detalhou ações destinadas a aumentar a concorrência nestes segmentos, uma intenção sempre bem-vinda.

Reduzir o peso da conta dos serviços de comunicações significa dar importante contribuição a toda a economia, em fase de perigosa perda de produtividade. Diminuição no número de áreas de DDD, regulação para ampliar o compartilhamento das redes pelas diversas empresas, corte em tarifas nas ligações de telefones fixos para celulares são alguns itens alinhados pelo ministro.

Mas ele reconhece que parte crucial de um programa de redução de custos nas comunicações é de responsabilidade dos estados, cujo ICMS sobre as contas desses serviços varia entre 25% e 35%, enquanto os impostos federais são de 8%. Será preciso, então, um grande acordo com os governadores, em que a União também faça alguma concessão.

O ministro usa o conhecido - e correto - argumento de que o corte de impostos, ao reduzir o custo final para o usuário, aumenta o consumo; logo, o faturamento das empresas. E, portanto, repõe, num segundo momento, a receita tributária inicialmente perdida. Há vários exemplos concretos deste círculo virtuoso. O Estado de São Paulo atingiu este objetivo no álcool e em artefatos de couro. O ICMS foi cortado, e, depois, o volume maior das vendas ampliou a arrecadação.

A visão do ministro Paulo Bernardo para o corte de tributos nas comunicações pode ser estendida a toda a economia, envergada sob o peso de uma fatura de impostos na faixa dos 36% do PIB, a mais elevada entre as economias emergentes, no mesmo nível de países europeus, em que os serviços públicos têm uma qualidade muito acima dos oferecidos pelo Estado brasileiro. Custo muito alto para benefícios sofríveis.

A presidente Dilma tem razão quando diz que, em vez de uma ampla reforma tributária, para a qual seria necessária uma engenharia política quase inexequível, é mais realista atacar a questão dos impostos passo a passo. Sim, mas não por meio de pacotes tópicos, em que é visível o atendimento a demandas de grupos empresariais mais organizados nas pressões sobre Brasília.

No momento em que a capacidade de endividamento das famílias parece se esgotar - reduzindo o efeito de incentivos creditícios ao consumo -, fica cada vez mais evidente que o país precisa, de uma vez por todas, acionar a alternativa dos investimentos. No caso dos públicos, na precária infraestrutura. E o outro recurso são políticas horizontais, e não tópicas, de desoneração tributária. Além do mais, o momento é propício porque a redução da conta de juros da dívida, devido aos cortes na Selic, concede uma folga fiscal para a cobrança de impostos mais baixos. Não se deve perder a oportunidade.

Fonte: Blog RT

Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Política Social

Saúde

ANVISA muda norma para protetores solares de pele e lábios

Em até dois anos, os protetores solares para pele e lábios deverão ter FPS (Fator de Proteção Solar) mínimo de 6, não poderão propagandear que protegem "100%" contra a radiação solar e, mesmo que sejam resistente à água, deverão orientar a reaplicação do produto.
É o que define uma resolução publicada no "Diário Oficial" pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A medida foi antecipada pela coluna da Mônica Bergamo.
A norma ainda modifica os testes tidos como necessários para comprovar a resistência à água e ao suor.
Os protetores solares poderão indicar no rótulo da embalagem ser "resistente à água", "muito resistente à água", "resistente à água/suor" ou "resistente à água/transpiração".
Segundo a agência, as mudanças se devem à padronização dos produtos no âmbito do MERCOSUL.

Fonte: Gazeta do Povo

Relações do Trabalho

Aprovado incentivo à vacinação de trabalhador exposto a risco de doença infectocontagiosa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão terminativa, projeto que obriga empregadores a promover ações para incentivar a vacinação de empregados expostos a risco de doença infectocontagiosa no ambiente de trabalho.
A proposta acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/1943) determinando que o Ministério do Trabalho defina normas para a promoção de ações de imunização dos trabalhadores, à concessão de incentivos ao trabalhador imunizado e à divulgação dos resultados dessas ações.
No texto original do projeto (PLS 614/2011), o autor, senador Paulo Davim (PV-RN), propôs tornar obrigatória apenas a vacinação antitetânica para trabalhadores da construção civil. Ele argumentava que, nos canteiros de obra, os trabalhadores estão sujeitos a ferimentos capazes de introduzir esporos que provocam o tétano.
No entanto, o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), ponderou que no Brasil não há vacinação legalmente obrigatória. O parlamentar observou ainda que, além dos trabalhadores da construção civil, também trabalhadores rurais, operários de indústrias e outros profissionais estão sujeitos à contaminação por tétano. E lembrou que existem outras doenças infectocontagiosas transmissíveis no âmbito profissional, como hepatite e gripe.

Para prever proteção de todos os trabalhadores expostos a doenças infectocontagiosas no ambiente de trabalho, o relator ofereceu emenda para determinar a obrigatoriedade de ações de incentivo à imunização, de forma genérica. O voto de Casildo Maldaner foi lido pela relatora *ad hoc* Ana Amélia (PP-RS).

Fonte: Agência Senado

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Relatório da LDO 2013 é aprovado com 32 emendas parlamentares

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa aprovou o relatório sobre as emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para o exercício financeiro de 2013, que deve ser submetido nos próximos dias à apreciação do Plenário da Casa. Das 48 emendas apresentadas foram acolhidas 32, sendo que a maioria delas tem a finalidade de destinar recursos para programas de fomento à agroindústria.

Durante a reunião o deputado Elio Rusch (DEM), relator da LDO, informou que a suplementação orçamentária de 7% – prevista na proposta original – foi reduzida para 5%. A LDO tem receita estimada para o próximo ano no valor aproximado de R$ 32.259.181.000,00. Desse valor de receita, R$ 29.917.350.000,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R$ 5.898.059.000,00 se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R$ 24.019.291.000,00.

Para o deputado Nereu Moura (PMDB), presidente da Comissão de Orçamento, esse é um debate de extrema importância porque propicia a definição das áreas onde deverão ser gastos os recursos públicos estaduais. “Esta comissão permite aos parlamentares mexer com um dos instrumentos mais importantes do processo legislativo”, comentou. Ele lembrou que o orçamento público é um plano de ação que tem por finalidade orientar, planejar, controlar e executar, através de instrumentos próprios, as políticas públicas e os programas de governo.

Nereu Moura e Elio Rusch fizeram questão de destacar a excelência do trabalho desenvolvido pelos técnicos que dão apoio ao trabalho da Comissão de Orçamento. Enfatizaram ainda a transparência adotada em cada uma das fases de análise do orçamento, informando que todos os autores das 16 emendas rejeitadas já receberam esclarecimentos sobre os motivos que levaram a essa decisão.

A Assembleia deve concluir a apreciação da LDO antes do encerramento dos trabalhos legislativos de Plenário desse primeiro semestre. Ou seja, antes do recesso parlamentar de julho. Além de Moura e Rusch, participaram da reunião os deputados Ênio Verri (PT), Ademir Bier (PMDB), Pastor Edson Praczyk (PRB) e Cesar Silvestri Filho (PPS).

Debates: A mensagem do anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013 foi encaminhada pelo governador Beto Richa à Assembleia no início de maio, quando foi lida em Plenário. Ao cumprir este protocolo a matéria foi transformada em projeto de lei e começou a tramitar no Legislativo. Depois da conclusão das discussões na Assembleia, a LDO retorna para o Executivo, que poderá sancioná-la (ou vetá-la). Em seguida, sendo sancionada, deve ser publicada no Diário Oficial.
O anteprojeto de lei encaminhado aos deputados pelo Poder Executivo é formado por onze capítulos, compreendendo, entre outros pontos, as prioridades da administração pública estadual, a projeção e apresentação da receita para o exercício, os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e os ajustamentos do Plano Plurianual (PPA).

Administração: O documento traz ainda detalhadas as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida, bem como as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito. A LDO 2013 estima as receitas de recolhimento centralizado e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta.
Além da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o orçamento público é estruturado através do Plano Plurianual (PPA) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio da qual são programadas as ações a serem executadas. A LOA obedecerá à LDO. Já o PPA estabelece, de forma regionalizada, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e outras despesas delas decorrentes. O PPA e a LOA devem ser encaminhados ao Poder Legislativo três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (30 de setembro).

Fonte: ALEP

Política Industrial

Indústria da região Sul busca soluções para o setor têxtil e de vestuário

Com objetivo de buscar soluções conjuntas para problemas comuns que vem afligindo os empresários dos três Estados do Sul do país, as federações das indústrias do Paraná (Fiep), Santa Catarina (Fiesc) e Rio Grande do Sul (Fiergs) reuniram-se em Porto Alegre (RS) para realização do III Fórum Sul do Setor Têxtil e Vestuário.
Na ocasião, foram discutidas as prioridades e dificuldades que o setor enfrenta atualmente, principalmente a concorrência desleal de produtos importados de países com o câmbio subvalorizado, como a China.
Presente na reunião, o coordenador do Conselho Setorial da Indústria Têxtil da Fiep, Marcelo Surek, destacou a necessidade de sensibilizar os representantes dos três Estados no Congresso Nacional, para que sejam encampadas medidas de proteção à indústria brasileira.

"Temos que ser proativos, para que as leis sejam criadas de acordo com a realidade de cada região", afirmou. O agravamento da atual situação tem levado ao enfraquecimento do parque industrial brasileiro e consequente desindustrialização. "Este é o segundo setor que mais gera emprego no país, temos que preservá-lo", destacou Surek.
Dentre as medidas sugeridas para melhorar a competitividade dos empresários do setor têxtil e de vestuário, estão a redução da carga tributária. "Existe muita informalidade no setor, se criássemos uma situação onde todos pudessem ser legais, todos pagaríamos menos", afirmou Surek.
Este foi o terceiro encontro do Fórum Sul do Setor Têxtil e Vestuário, as duas primeiras reuniões foram realizadas em Curitiba e Florianópolis (SC). Entre as próximas ações elencadas pelos participantes do fórum estão a busca das bancadas parlamentares de cada um dos três Estados, individualmente, para depois debater a situação deste setor com as três bancadas em conjunto.
A próxima reunião do fórum está marcada para o dia 14 de setembro.

Direito do Consumidor

Marla Tureck propõe instalação de guarda-volumes em bancos

O projeto de lei nº 629/11, de autoria da deputada Marla Tureck (PSD), que trata da obrigatoriedade da oferta de guarda-volumes nos estabelecimentos bancários, nas salas que antecedem as portas com dispositivos de travamento eletrônico, foi aprovado durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa.
"A utilização pelos estabelecimentos bancários de detector de metal em sua porta de entrada vem gerando inúmeros problemas, principalmente aos clientes que se sentem constrangidos diante da insistência dos vigilantes para retirar de seus bolsos e bagagens qualquer tipo de objeto metálico", argumenta a autora da proposição. Marla Tureck explica que "o intuito deste projeto é resguardar a dignidade das pessoas, evitando desgastes desnecessários, garantindo uma comodidade sem abrir mão da segurança". Ela acrescenta que "Seria mais prático e adequado, tanto para o cliente, quanto para o estabelecimento bancário, que o usuário deixasse seus pertences num guarda-volumes antes de entrar no banco".

Conforme a proposição, o uso do guarda-volumes deverá ser aleatório, não podendo ser reservado. Também estabelece que, para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, a quantidade de armários de guarda-volumes, deverá ser condizente com a demanda de clientes. O projeto prevê uma multa de até R$ 40 mil para os estabelecimentos que desrespeitarem a norma.

Fonte: ALEP

Comércio Exterior

Fiep recebe comitiva dos países da Liga Árabe

Com o objetivo de reforçar as parcerias comerciais entre os países árabes e o Paraná, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) recebeu nesta segunda-feira (04), em Curitiba, uma delegação formada por embaixadores e representantes diplomáticos dos

países da Liga Árabe (Jordânia, Catar, palestina, Sudão, Argélia, Iraque Mauritânia, Kuwait, Arábia Saudita, Líbano, Omã e Líbia).
Segundo o vice-presidente da Fiep e coordenador do Conselho Temático de Comércio Exterior, Rommel Barion, este é o primeiro passo para aproximar estes países do Paraná e formar parcerias. "Essa aproximação é de suma importância para a diversificação dos nossos negócios", afirmou.
De acordo com o Embaixador Ramez Zaki Goussous, da Jordânia, decano do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil, entre 2003 e 2011 o fluxo de comércio entre o Brasil e os países árabes cresceu 358%. "Este encontro de hoje é uma oportunidade para estreitarmos ainda mais nossas relações", disse.
O evento, organizado pela Fiep em parceria com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, contou com a presença de diversos empresários e dirigentes sindicais do Paraná, além do secretário de Estado do Turismo, Faisal Saleh, do presidente do Sistema Fecomércio, Darci Piana, e autoridades diplomáticas.
De acordo com Michel Alaby, diretor da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, dentre os interesses comerciais da comitiva está o setor de turismo e de alimentos. "O bloco (árabe) tem uma força econômica muito grande para ser aproveitada. A primavera árabe pode trazer transtornos agora, mas vai trazer muitas oportunidades de cooperação", afirmou.
Entre janeiro e abril deste ano o Paraná exportou aos países árabes um montante de US$ 503,3 milhões, sendo os principais produtos exportados carnes, açúcar e cereais. Em contrapartida, no mesmo período, importou dos países árabes US$ 54,50 milhões, com destaque para fertilizantes, plásticos e vidros.
Na área do turismo, diversos oportunidades de cooperação foram debatidas. O embaixador do Catar, Jamas Nasser Al-Bader, afirmou eu o país está disposto a ampliar o número de linhas aéreas entre a capital Doha e o Brasil. Também o embaixador palestino, Ibrahim Mohamed Alzeben, destacou o potencial econômico do turismo religioso na sua região.

Fonte: FIEP

Meio Ambiente

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente aprova quatro projetos de lei

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa apreciou quatro projetos de lei, em reunião ordinária. As proposições nº 983/11, instituindo período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda qualquer agrotóxico proibido por lei apresentem dados aos escritórios competentes de fiscalização; de nº 843/11, dispondo sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema; e de nº 988/11, proibindo a utilização de equipamentos acima de 80 decibéis em veículos, de autoria do deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB); foram aprovadas.
O projeto de lei nº 194/12, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 024/12, instituindo no cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de

recursos naturais, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a taxa de controle de fiscalização ambiental, também foi aprovado.
Já o projeto de lei nº 154/12, do Governo do Estado, autorizando a construção de pequenas centrais elétricas (PCHs), e o nº 691/12, de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD), alterando artigos da lei que instituiu o Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema), tiveram votação adiada. Para o presidente da Comissão, deputado Luiz Eduardo Cheida, a reunião foi extremamente positiva e o aumento no número de propostas apresentadas pelos deputados na área ambiental sinaliza a preocupação do Poder Legislativo neste segmento. "Saldo positivo. Temos visto o aumento de projetos voltados à proteção do meio ambiente. Uma recente pesquisa mostra que a segunda preocupação da população é com o meio ambiente. Há seis anos, por exemplo, um projeto por mês passava pela comissão. Hoje passam seis projetos por mês. É, sem dúvida alguma, um dado importante, sinalizando a atenção que esta Casa dá para o tema", afirmou.

Fonte: ALEP

Deputados aprovam projetos para preservação do meio ambiente

Dois projetos que tratam de matérias relacionadas ao meio ambiente foram aprovados pelos deputados paranaenses na sessão plenária desta terça-feira (5) da Assembleia Legislativa, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Um deles, a proposição do deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), que dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso (nº 930/11), passou em redação final, e segue agora para sanção (ou veto) governamental.
Esse projeto cria um processo de responsabilidade compartilhada, que envolve fabricantes, comerciantes e consumidores responsáveis pelo descarte correto dos remédios. Num primeiro momento, o consumidor entrega os produtos para os estabelecimentos que os comercializam ou distribuem, como farmácias e postos de saúde. Fabricantes e importadoras ficam responsáveis pelo recolhimento desses medicamentos e destinação final aplicável a cada caso. "Cada um tem o seu dever. Desta forma, dividem-se as atribuições de uma forma que todos podem colaborar", frisa Cheida. O deputado alerta ainda que quando descartados em lixo comum ou rede de esgoto, os medicamentos contaminam a água e o solo e ainda podem provocar reações adversas como intoxicação de animais e pessoas.
Já em terceira discussão passou o projeto de lei nº 630/11, do deputado Rasca Rodrigues (PV), estabelecendo diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõem a linha branca – como embalagens de plástico, papelão, isopor, entre outros. De acordo com Rasca, o objetivo é esclarecer aos consumidores em geral os riscos do mal do descarte destas embalagens e o impacto que elas causam no ambiente e na saúde das pessoas. "Quem coloca as embalagens no ambiente deve ter a responsabilidade de oferecer uma gestão para destinação adequada dos materiais", argumenta o autor.

Fonte: ALEP

Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 23. ano VIII. 06 de junho de 2012

Deputados Cheida e Rasca participam da Conferência Rio+20

Os deputados Luiz Eduardo Cheida (PMDB), presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e Rasca Rodrigues (PV), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, vão participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, representando o Poder Legislativo Estadual.
Os dois grandes temas em foco na Conferência Rio+20 serão a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. A conferência acontece de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 é assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Fonte: ALEP